



22 de maio de 2018

Governo amplia a precarização nas empresas terceirizadas

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- Pela valorização do Quadro De Apoio! Só com a luta coletiva será conquistado um piso salarial que cubra as necessidades do trabalhador e sua família!

Organizar a campanha salarial! Exigir a retirada definitiva da SAMPAPREV! Nenhuma trégua ao governo Covas/PSDB!

Os 20 dias de greve dos trabalhadores municipais da educação, em unidade com o funcionalismo, provaram que somente através do método da ação direta é que há conquistas. Durante esse período, o governo Doria/PDSB e seus vereadores sentiram o peso da organização dos trabalhadores. A lição que fica é que a derrota política do prefeito é a vitória política de todos os trabalhadores.

A luta obrigou os vereadores a encontrarem uma “saída honrosa” para o governo. Os 120 dias de prorrogação da reforma (que passarão a contar a partir da instauração do GT de “estudo” da questão previdenciária) não passam de uma manobra para esfriar a luta grevista. A “tática” de adiar a constituição do GT, isoladamente, implica em paralisia. “Fingir-se de morto” não é tática, é capitulação! A categoria não pode esperar o governo tomar a iniciativa, precisa começar desde já a construção da mobilização. Na luta de classes, o tempo é precioso, não se pode perder um segundo sequer.

De sua parte, Bruno Covas/PSDB, da mesma corja de Doria, com certeza tentará organizar a bancada de vereadores para que vote o mais rápido possível a Sampaprev. Trata-se de uma exigência, em última instância, do capital financeiro, que tem imposto ao país a política de ajuste fiscal, visando a garantia do pagamento da dívida pública, verdadeiro saque das riquezas nacionais. Não podemos cair nessa armadilha! É preciso retomar a organização do movimento!

Durante o processo de luta contra a reforma da previdência municipal, a campanha salarial ficou esquecida. Temos claro que a situação exigia maior concentração no

ataque sobre a previdência. No entanto, não podemos aceitar o argumento de que basta “não ter perdido” o percentual referente ao aumento das alíquotas, previsto no aditivo de Doria. Um sindicato classista jamais deixa de assinalar a importância da luta em defesa dos salários. Trata-se do meio de sobrevivência do trabalhador e sua família!

A Corrente Proletária na Educação sempre defendeu a necessidade de vincular a luta contra a reforma com a defesa dos salários, dos empregos e condições de trabalho. A conquista dos 3,7160% de 2017 (primeira parcela do acordo de 7,57% de 2016) já foi corroída pela inflação. A incorporação dos 4,7619% em maio e dos 3,7160% em novembro também não será suficiente para repor as perdas. Devemos retomar a luta pela ampliação salarial imediatamente. Os produtos de consumo diários estão aumentando. O governo diz que a inflação é baixa, mas sentimos no bolso o peso dos gastos com gás, impostos, gasolina, energia etc. Não podemos baixar a guarda!

Por isso, a Corrente Proletária na Educação defende:

Nenhuma trégua ao governo, retomar a campanha salarial e exigir a retirada definitiva da Sampaprev!

Nenhum direito a menos!

Reposição imediata de todas as perdas inflacionárias!

Pela aplicação da escala móvel de reajuste!

Por um salário mínimo vital, que cubra integralmente as necessidades do trabalhador e sua família!

Aumenta a precarização do trabalho na rede municipal: É preciso responder com luta! Emprego a todos, com estabilidade! Que a prefeitura garanta o financiamento integral da educação pública! Abaixo as Parcerias Público-Privadas (PPPs)!

O Governo aprofunda a precarização, tornando as condições de trabalho quase impossíveis. Vários são os fatores que têm contribuído para isso, dentre eles, a redução de recursos humanos nas escolas, que atinge diretamente o quadro de apoio e docentes.

Módulo insuficiente de professores e do quadro de apoio

Uma parcela significativa dos ATEs tem exonerado, em função do baixo salário e da enorme dificuldade de evolução na carreira. Mesmo assim, o governo não tem con-

vocado novos funcionários, ocasionando uma situação de verdadeiro caos nas escolas. Soma-se a esse quadro a redução do número de docentes, consequência da redução do módulo imposta por Doria em 2017 e da lentidão nas chamadas dos concursos.

Como se vê, a portaria que reduziu o módulo de professores nas unidades, juntamente com a demissão em massa dos contratados, também no ano de 2017, traz à tona a dura realidade vivenciada em todas as escolas: falta de professores e salas superlotadas, por conta da divisão cotidiana de alunos em outras turmas.

Mais corte de verbas e avanço das parcerias

Outros dois fatores também interferem diretamente na piora das condições de trabalho: a redução no valor dos repasses de verbas (PTRF e PDDE) e a ameaça de precarização ainda maior dos serviços terceirizados de limpeza e merenda, com as novas licitações.

A redução nos repasses de verba tem atraído várias escolas a firmar parcerias com empresas que, inclusive, mesmo que indiretamente, saqueiam nossa previdência, por meio das isenções de impostos (Fundação Telefônica, por exemplo). Muitas escolas, equivocadamente, se sentem na obrigação de firmar essas parcerias (PPPs) para conseguir comprar materiais básicos para o funcionamento da escola. Um erro, que tira a responsabilidade do governo e oculta

seu verdadeiro propósito: a privatização!

Governo amplia a precarização nas empresas terceirizadas

Com os serviços terceirizados não tem sido diferente. Está aberto o processo de novas licitações para contratar as empresas que cuidam da limpeza e da merenda. A novidade é que neste ano o processo está condicionado a uma adequação à reforma trabalhista, reduzindo o número de trabalhadores. Para manter seus lucros, as empresas intensificarão a exploração da força de trabalho dos que não forem demitidos, os quais terão que cobrir as mesmas tarefas.

Não resta outra saída aos trabalhadores, que não seja o da resistência! Precisamos nos organizar para o enfrentamento com os governos e patrões, pela retirada de todas essas reformas e medidas que tornam nossas condições de trabalho ainda piores!

Pela ampliação do módulo de docentes e do quadro de apoio!

Fim da terceirização, com efetivação dos trabalhadores terceirizados!

Emprego a todos, com estabilidade, aplicando a escala móvel das horas de trabalho!

Financiamento integral da educação pela Prefeitura!

Abaixo as parcerias público-privadas!

Pela valorização do Quadro De Apoio! Só com a luta coletiva será conquistado um piso salarial que cubra as necessidades do trabalhador e sua família!

O quadro de apoio é composto por servidores que trabalham em uma jornada de 40 horas semanais, com o piso inicial do nível básico fixado em R\$1.425,43. A evolução funcional não é igual à dos docentes e gestores, com interstícios muito maiores. O desvio de funções faz parte da realidade desses trabalhadores em várias escolas. Trata-se de um setor constantemente ameaçado com a expansão da terceirização.

Estão aí alguns dos motivos para a insatisfação do quadro de apoio. Insatisfação que tem se convertido cada vez mais em consciência e organização. São trabalhadores que nunca deixaram de lutar e que, nesta luta contra a Sampaprev, puderam demonstrar novamente a sua garra!

O fato de ser uma minoria dentro das escolas não diminui a importância do quadro de apoio. Pelo contrário, quando para suas atividades é que o conjunto da comunidade escolar melhor percebe sua importância: sem ele a escola não funciona! Não foram poucas as manobras do governo para tentar desmobilizá-lo, com a publicação da evolução de uma parcela e a indicação de um reajuste me-

quetrefe. O quadro de apoio, no entanto, não arredou pé.

Sua integração no movimento geral do funcionalismo foi muito importante. Participou de uma verdadeira escola, a escola da luta! E, com isso, pôde avançar em sua consciência de classe, assim como os demais trabalhadores. A unidade, a democracia operária, a independência de classe e o método de luta avançado, a ação direta, constituem poderosos fatores de educação da classe.

A Corrente Proletária na Educação faz parte da direção do Sinpeem, como responsável pelo quadro de apoio. Durante a greve, visitou escolas, debatendo com todos os trabalhadores sobre a importância da mobilização. Para o quadro de apoio, frisou a importância de lutar coletivamente por um salário mínimo vital, com um valor que seja o suficiente para uma família viver. Hoje esse valor está calculado em torno de R\$5.000,00.

A tarefa agora é constituir uma fração revolucionária no interior do sindicato, capaz de pressionar por dentro das instâncias e pela base para que a categoria de conjunto possa avançar na defesa das reivindicações gerais e específicas.